

**PORTARIA Nº 849/2019**

Dispõe sobre exoneração e nomeação em cargo de provimento em comissão

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da Lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017,

**CONSIDERANDO** o que consta no Processo Administrativo nº 8508758-63.2019.8.06.0000,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Exonerar, a pedido, **FILIFE BONAVIDES ELOY**, matrícula nº 22974, do cargo em comissão de Direção e Assessoria Estratégica de Assessor I, símbolo DAE-1, do Gabinete do Desembargador Durval Aires Filho.

Art. 2º – Exonerar, **ANACECILIA ZARANZA ANTUNES**, matrícula nº 24431, do cargo em comissão de Direção e Assessoria Estratégica de Assessor I, símbolo DAE-1, do Gabinete do Juiz Convocado Antônio Pádua Silva, e nomear **FILIFE BONAVIDES ELOY**, matrícula nº 22974, para o referido cargo.

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, em 30 de maio de 2019.

**Desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado Ceará

**PORTARIA Nº 853/2019**

Dispõe sobre aposentadoria de servidor.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8508857-33.2019.8.06.0000;

**CONSIDERANDO** a edição da Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2012, que acrescentou o art. 6º-A à Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;

**RESOLVE** aposentar por invalidez, a partir de 05 de maio de 2019, **JOÃO NOGUEIRA PONTE JUCÁ**, na função de Técnico Judiciário, matrícula nº 91049.1/7, nos termos dos arts. 89 e 152, da Lei estadual nº 9.826, de 14 de maio de 1974 (com a redação dada pela Lei estadual nº 13.578/2005) e art. 40, §1º, I, da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003), ATRIBUINDO-LHE os proventos mensais no valor total de R\$ 7.585,12 (sete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e doze centavos), conforme Lei estadual nº 16.523, de 15 de março de 2018, com fundamento no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, a seguir discriminados:

Vencimento (Lei estadual nº 16.523, de 15/03/2018) AJ 37 – 40h	R\$ 1.985,64
(Um mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos)	
Progressão Horizontal – 10% (Art.43, §1º da Lei estadual nº 9.826/74)	R\$ 297,84
(Duzentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos)	
Gratificação de Exercício – 100% (Lei estadual nº 11.270/86)	R\$ 1.985,64
(Um mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos)	
Gratificação Judiciária – 40% (Lei estadual nº 11.715/90)	R\$ 794,25
(Setecentos e noventa e quatro reais e vinte e cinco centavos)	
Adicional de Qualificação - 60% (Lei estadual nº 13.838/2006)	R\$ 1.191,38
(Um mil, cento e noventa e um reais e trinta e oito centavos)	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 6.254,75</b>
<b>(Seis mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)</b>	
Parcela Complementar de Irredutibilidade Salarial	R\$ 1.330,37
(Um mil, trezentos e trinta reais e trinta e sete centavos)	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 7.585,12</b>
<b>(Sete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e doze centavos)</b>	

tudo de conformidade com a legislação acima explicada.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, aos 28 dias do mês de maio de 2019.

**Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará